

A CONCEPÇÃO DE
DESENVOLVIMENTO DO BUTÃO
UMA APLICAÇÃO INÉDITA DOS PRINCÍPIOS
DA ECONOMIA ECOLÓGICA

Clóvis Cavalcanti

A premissa do modelo butanês é a de que os sistemas humanos não podem ser isolados do ecossistema envolvente que lhes provê o suporte de vida e os recursos de que a economia necessita para existir e funcionar. O modelo tem como fim promover o que lá se denomina de *Felicidade Nacional Bruta* (FNB).

Segundo as regras do budismo, visa-se também o bem-estar de todos os seres sencientes. E levam-se em conta, de forma explícita, nos moldes do *full-cost*, todos os benefícios e custos decorrentes da atividade econômica.

Introdução

À medida que fui me familiarizando com as ideias de desenvolvimento nacional que orientam o Reino do Butão, me dei conta de que elas constituem uma inusitada aplicação do que o campo da Economia Ecológica (EE doravante), com o qual estou envolvido há mais de três décadas, concebe. Uma aplicação, ressalte-se, que não é cópia e possui traços originais, próprios de uma sociedade não ocidental e não-ocidentalizada. Na verdade, tentar promover a felicidade humana, respeitando os limites da natureza, é em suma o que a visão ecológica da economia tem em mira, como procurarei demonstrar neste trabalho.

Meu contato com o Butão é antigo. Em 1994, em San José da Costa Rica, na III Reunião Biental da Sociedade Internacional de Economia Ecológica (ISEE), encontrei um grupo de três autênticos participantes butaneses (tão autênticos que usavam trajes típicos), com quem conversei algumas vezes. Eu já lera sobre a visão de mundo incomum que orienta esse reino do Himalaia. Buscar a felicidade, como propunha há algum tempo o paradigma butanês, parecia-me uma proposta extraordinária. Ao mesmo tempo, o assunto da felicidade sempre foi motivo de questionamento no meu trabalho como economista. Tanto que, no dia 9 de dezembro de 1968, como paraninfo da turma de concluintes de economia da Universidade Federal de Pernambuco daquele ano, fiz um discurso cujo título era “Economia e Felicidade Humana: Ensaio de Quase Filosofia”¹. Por outro lado, eu já escutara Nicholas Georgescu-Roegen (G-R, daqui por diante, para abreviar) falando da lei da entropia e do processo econômico, em duas palestras que proferiu para minha turma de alunos de Mário Henrique Simonsen (1935-1997) no Centro de Aperfeiçoamento de Economistas, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio, em julho de 1964. Depois, na Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo (USP), em curso de economia regional que lá fazia, ministrado por Walter Isard (1919-2010) e seu grupo da Universidade da Pennsylvania, voltei a ser brindado por palestra de G-R, em julho de 1966. Em São Paulo como no Rio, seu assunto nuclear era a visão termodinâmica do processo econômico – com destaque para a Lei da Entropia –, algo inteiramente novo para mim, que da questão nada havia aprendido, seja na FGV, seja em Yale, mais tarde, onde obtive o mestrado de economia em 1965².

Minha percepção do enquadramento perfeito do paradigma de desenvolvimento do Butão no marco da EE foi

¹ O discurso nunca foi publicado, mas além de guardá-lo em forma datilografada, dois de meus alunos de 1968, Marcos Formiga e Jorge Jatobá, dispõem do texto original.

² Convivi ainda com G-R na Universidade de Vanderbilt (janeiro a março de 1970), onde eu era *visiting scholar*. Fui seu vizinho de sala no Departamento de Economia. Conversávamos quase diariamente. Ele me convidou a sua casa para jantar, uma vez. Em julho de 1973, traduzi uma conferência sua no Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco (Condepe), no Recife, na presença dos diretores Everardo Maciel e Olímpio Galvão, do órgão.

inteiramente confirmada pelo admirável discurso de Jigmi Thinley, primeiro-ministro desse país, no Rio de Janeiro, no encerramento da XII Reunião Bienal da ISEE, dia 19 de junho de 2012³. Ela ficou ainda mais patente no documento do governo do Butão, *Wellbeing and Happiness: A New Development Paradigm. Proposal to Convene a Two-Year International Expert Working Group to Elaborate the Details of the New Paradigm, 2012-2014*⁴, estabelecendo um grupo de trabalho no qual tive a honra de ser incluído, cuja tarefa, a pedido da Organização das Nações Unidas (ONU), era detalhar o modelo butanês para que seja avaliado pelos Estados que a compõem. E que modelo é esse? Como diz o documento: “Em contraste com o presente sistema, baseado no PIB, o novo paradigma elevará a felicidade humana e o bem-estar de todas as formas de vida”. Fará isso “dentro dos limites planetários, sem degradação da natureza ou depleção dos preciosos recursos do mundo”. Com cuidados para que “os recursos sejam distribuídos de maneira justa e usados eficientemente”.

O paradigma de desenvolvimento do Butão

A premissa do modelo butanês é a de que os sistemas humanos não podem ser isolados do ecossistema envolvente que lhes provê o suporte de vida e os recursos de que a economia necessita para existir e funcionar, do mesmo modo que os serviços para absorção de seu lixo. O modelo tem como fim promover o que lá se denomina de Felicidade Nacional Bruta (FNB). Seguindo as regras do budismo, visa-se também o bem-estar de todos os seres sencientes. E levam-se em conta, de forma explícita, nos moldes do *full-cost*, todos os benefícios e custos decorrentes da atividade econômica.

Muito antes de a Economia Ecológica ter surgido formalmente, o Quarto Rei do Butão proclamou (ao ascender ao trono, muito jovem, aos 17 anos, em 1972) que “a Felicidade Nacional Bruta é mais importante do que o Produto Nacional Bruto”⁵. Com tais palavras, de modo revolucionário, ele colocou seu país no caminho de um desenvolvimento singular e holístico, procurando integrar desenvolvimento socioeconômico sustentável e igualitário com conservação ambiental. Assim, toda política de peso, pouco a pouco, passou a ser levada adiante no Butão, apenas se satisfizesse o teste do indicador de FNB. Tal foi o caso quando o Butão decidiu não entrar na Organização Mundial do Comércio (OMC). A possibilidade de entrada na OMC não se ajustava às exigências do modelo, conforme se constatou.

³ THINLEY, Jigmi Y. Statement at the Closing Session of the 2012 Conference of the International Society for Ecological Economics. Rio: Hotel Guanabara Palace, 19 de junho de 2012. Disponível em: http://www.footprintnetwork.org/images/article_uploads/Bhutan_Prime_Minister_Congratulates.pdf.

⁴ Disponível em: http://www.sustainable.unimelb.edu.au/files/mssi/Bhutan_Proposal-International-Expert-Working-Group_2012-14.pdf.

⁵ Ver URA, Dasho Karma *et al.* *A Short Guide to Gross National Happiness Index*. Thimphu: The Centre for Bhutan Studies, 2012. p. 6. Disponível em: <http://www.opbi.org.uk/wp-content/uploads/Ura-et-al-Bhutan-Happiness-Chapter.pdf>.

O Novo Paradigma de Desenvolvimento (NPD) do Butão remete à compreensão das relações entre o sistema econômico e a natureza, visando alcançar a felicidade humana dentro dos limites de matéria e energia de que se dispõe – exatamente como explicado por Herman Daly em 1973.⁶ Os resultados disso são evidentes, depois de três décadas de adoção do paradigma. Oferece-se saúde e educação de modo gratuito a toda a população butanesa, 99% de cujas crianças em idade escolar frequentam escolas. A esperança de vida butanesa duplicou em 40 anos. No Butão não há *outdoors* que promovam um consumo tolo; a propaganda de *junk food* e de bebidas alcoólicas é proibida, do mesmo modo que a venda de cigarros. O país tenta implantar contatos nacionais segundo o princípio do *full-cost*. Isso levará à adoção de políticas públicas mais consistentes na medida em que estas últimas terão base em informações mais completas e realistas, bem diferente de quando se depende apenas de grandezas proporcionadas pelo mercado, de poder sinalizador míope. O Butão visa também ser 100% orgânico em 2020. E sua Constituição, aprovada em 2008, estipula que 60% do território do país seja coberto de florestas – uma área que, hoje, na realidade, é de 80%, com 52% da área do país destinada a reservas naturais.⁷

O referencial da Economia Ecológica

Que o Butão se vale da Economia Ecológica para estruturar sua compreensão do processo econômico e formular um paradigma de desenvolvimento totalmente novo e corajoso é evidente, a partir do contato com a literatura que o governo do país tem produzido sobre o assunto. Contudo, a evidência se torna eloquente, sem margem a qualquer dúvida, quando se lê o texto do inteligente discurso que o primeiro ministro butanês, Jigmi Thinley, pronunciou no Rio de Janeiro, em 19 de junho de 2012, na sessão de encerramento da Conferência ISEE 2012 – a que assisti.⁸ O pronunciamento em causa começa elogiando a concessão pela ISEE, de sua máxima láurea, o Prêmio Kenneth E. Boulding, aos pais da ferramenta da pegada ecológica, William Rees e Mathis Wackernagel, dois membros da mesma sociedade. Salienta que o propósito do galardão é recompensar aqueles que deram contribuição original e seminal para maior compreensão “das interfaces entre as dimensões sociais, ecológicas, éticas, econômicas e políticas de nosso mundo”. Para Thinley, em total sintonia com o pensamento ecológico-econômico originário, a pegada ecológica é certamente um dos instrumentos de medição e comunicação

⁶ DALY, Herman. Introductory Essay. In: DALY, Herman. (Org.). *Toward a Steady-State Economy*. San Francisco: W. H. Freeman Co., 1973. p. 8.

⁷ Dados completos sobre a realidade butanesa estão no site: <http://www.bhutanstudies.org.bt/>.

⁸ THINLEY, Jigmi Y. Statement at the Closing Session... *Op. cit.*

mais importantes e influentes deste século. O chefe de governo butanês foi mais além, sublinhando que o trabalho da EE deveria ser a referência primária da cúpula – a Rio +20 – que se iniciaria no dia seguinte ao de sua fala. Para ele, diante da crise planetária e da inquietação suscitada por um momento de ameaça à sobrevivência humana na Terra como agora⁹, é indispensável entender que a economia não passa de um subsistema aberto do ecossistema global, submetida aos limites que a natureza impõe. Isso é exatamente o que postula a Economia Ecológica, a partir do que foi convincentemente demonstrado por Georgescu-Roegen (1906-1994) em 1971.¹⁰ O primeiro ministro avançou ainda mais, declarando:

*Na verdade, não consigo pensar em um campo de estudo que possua maior capacidade de persuadir e adular governos para que ajam responsabilmente do que o campo próprio de vocês [Economia Ecológica], e isso é o motivo por que estou tão honrado em me achar com vocês hoje. Eu iria mais longe, a ponto de dizer que nós, políticos, não podemos agir sem vocês! O trabalho de vocês, literalmente, é o alicerce e a credibilidade sobre os quais necessitamos nos erguer para justificar economicamente a proteção ambiental, para demonstrar o valor inestimável de nossos escassos recursos e para focalizar os verdadeiros benefícios e custos da atividade econômica.*¹¹

Já no fim do pronunciamento, mais uma vez, foi taxativo: “está claro que a economia ecológica é um fundamento central do novo paradigma de desenvolvimento de que o mundo tão urgentemente necessita e que meu país se acha agora ativamente promovendo”.

Consequentemente, o modelo rejeita o paradigma convencional da economia e sua proposta de crescimento infinito do sistema econômico. Isso, precisamente, foi o que Thinley expôs em New York, dia 2 de abril de 2012, durante reunião convocada pelo Butão, nas Nações Unidas, para apresentação do NPD. Suas palavras, de uma nitidez incontrastável e grande ousadia, foram: “O modelo de desenvolvimento puxado pelo PIB, que obriga a crescimento sem limites num planeta com recursos limitados, não faz mais sentido econômico. Ele é a causa de ações irresponsáveis, imorais e autodestrutivas”¹².

Vale ressaltar os esclarecimentos de Thinley para a classificação impiedosa que ele fez do paradigma de veneração do PIB. O modelo é *irresponsável*, segundo ele – coberto de razão, acrescento – porque extraímos, produzimos, consumimos, descartamos e desperdiçamos cada vez mais, mes-

⁹ Ver, a respeito, EHRLICH, Paul & EHRLICH, Anne. Can a Collapse of Global Civilization Be Avoided? *Proc. R. Soc. B (Biological Sciences)*, 2013, 280, 2012 2845. Disponível em rspb.royalsocietypublishing.org.

¹⁰ GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. *The Entropy Law and the Economic Process*. Cambridge, Mass., EUA: Harvard University Press, 1971.

¹¹ THINLEY, Jigmi Y. Statement at the Closing Session... *Op. cit.*

¹² THINLEY, Jigmi Y. Discurso na reunião sobre “Bem-estar e Felicidade: Definindo um Novo Paradigma”, New York, ONU, 2.4.2012. Disponível em <http://www.cabinet.gov.bt/?p=737>.

mo sabendo que os recursos naturais rapidamente se esgotam. É como procura mostrar, de modo sucinto, a figura 1: extrai-se, produz-se, descarta-se, ou seja, cava-se buraco, de um lado, e cria-se um monte de detritos, de outro, depois de usados e jogados fora os recursos – o buraco e o monturo, em muitos casos, sendo eternos, irreversíveis e sem que parem de crescer. O modelo do PIB é imoral e antiético para Thinley porque, havendo consumido muito além de nosso quinhão da riqueza natural, “nossa devassidão temerária”, em meio a desigualdades excessivas, se nutre do que pertence a gerações ainda por nascer. Finalmente, o caráter autodestrutivo da fixação no PIB, ajudado pela tecnologia, está provocando o colapso de nossos sistemas de sustentação da vida. Tem sido essa precisamente a reflexão por detrás da formulação do campo de conhecimento da EE, elaborada por Georgescu-Roegen, o pioneiro e inspirador da disciplina, por seu orientado do Ph.D, Herman Daly, por Martínez Alier, Malte Faber, Robert Costanza, Cutler Cleveland, John Proops.¹³

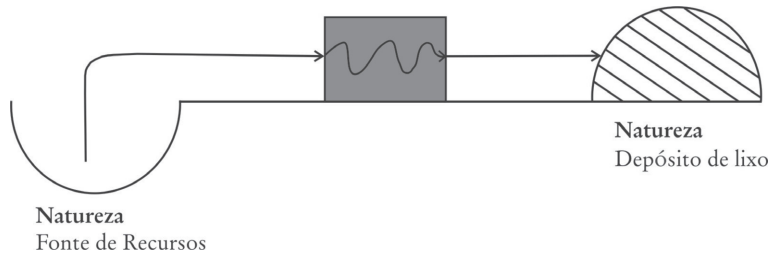


Figura 1: Modelo extrair-produzir-descartar

Ao dizer-se devedor da EE, em seu discurso do Rio, Thinley não menciona G-R. Mas certamente está nele respaldado e ainda na introdução de Daly ao livro por este organizado em 1980¹⁴ (o qual amplia seu outro, *Toward a Steady-State Economy*, de 1973¹⁵). Na introdução à economia do *steady-state*, Daly esclarece que, “No sentido mais amplo, o problema econômico derradeiro da humanidade é usar os meios últimos a serviço do Último Fim”. Ele sai das limitações do modelo econômico que define a ciência da economia como alocação de meios (intermediários¹⁶) escassos para fins (instrumentais¹⁷) múltiplos, introduzindo a dimensão negligenciada pelos devotos do PIB, dos últimos fins (o sentido e gozo da vida, a felicidade humana) e dos meios primordiais (matéria e energia, de que se constitui tudo o que há no universo). O modelo de Daly, por mim adaptado, é exibido na figura 2.

¹³ Ver: GEORGESCU-ROEGEN, N. *Op. cit.*; DALY, H. *Op. cit.*; ALIER, Joan Martínez & SCHLUEPMANN, Klaus. *La Ecología y la Economía*. México: Fondo de Cultura Económica, 1991; FABER, M.; MANSTETTEN, R. & PROOPS, J. *Ecological Economics: Concepts and Methods*. Cheltenham, UK: Elgar, 1996; COSTANZA, R. (Org.). *Ecological Economics: The Science and Management of Sustainability*. New York: Columbia University Press, 1991. CLEVELAND, C. & RUTH, M. Capital Humano, Capital Natural e Limites Biofísicos no Processo Econômico. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez Editora, 1996, p. 131-164.

¹⁴ DALY, Herman. Introduction to the Steady-State Economy. In: DALY, Herman. (Org.). *Economics, Ecology, Ethics: Essays Toward a Steady-State Economy*. New York e San Francisco: WH Freeman and Company, 1980. p. 1-37.

¹⁵ DALY, Herman. Introduction to the Steady-State Economy. *Op. cit.*

¹⁶ Capital, terra, trabalho.

¹⁷ Alimentação, vestuário, abrigo, etc.

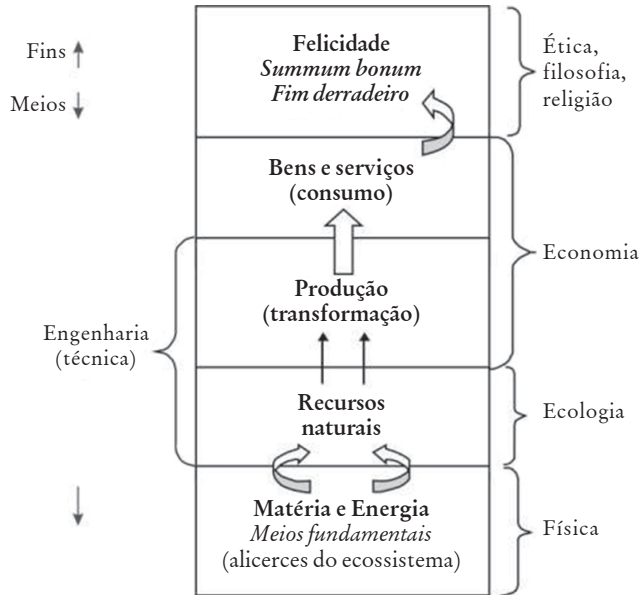


Figura 2: Espectro de meios fundamentais e fins últimos

¹⁸ DALY, Herman. Introduction to the Steady-State Economy. *Op. cit.*, p. 8-10.

No gráfico, como explica Daly¹⁸, ocupando o retângulo pequeno mais alto (topo do espectro), localiza-se o Fim Último (aquilo que é intrinsecamente bom e não deriva sua desejabilidade de qualquer relação instrumental quanto a um bem superior). No retângulo pequeno mais baixo do espectro, a base, encontram-se os meios últimos ou meios fundamentais, “as coisas úteis do mundo, matéria-energia de baixa entropia”. Ao longo do grande retângulo, as categorias intermediárias são um fim com relação a categorias de baixo e um meio com respeito a categorias acima (subindo-se no retângulo maior, caminha-se para o Fim Último; descendo-se, para os meios fundamentais). Os fins intermediários abaixo do Fim Último formam uma hierarquia de fins intermediários que são meios a serviço do Fim Último. Por cima dos meios últimos encontram-se meios intermediários (estoques físicos) que podem ser percebidos como fins diretamente atendidos através dos meios fundamentais. O transumo de matéria-energia ou, no original inglês, *throughput*¹⁹, consiste precisamente, como a EE o demonstra, no deslocamento de recursos através de várias etapas do estágio de baixa entropia para o de alta entropia. As disciplinas científicas que cuidam de cada estágio do espectro estão relacionadas à direita do retângulo grande. Nessa constelação, a ciência econômica *standard* ou convencional ocupa uma posição mediana: não está diretamente ligada a extre-

¹⁹ Também definido como fluxo metabólico, o transumo representa a passagem de matéria e energia de baixa entropia por dentro do sistema econômico, de que resultam, no fim da linha, matéria e energia de alta entropia, degradadas, lixo (a figura 1 ilustra o processo).

mos ou absolutos do espectro; eles se posicionam bem acima ou bem abaixo dela. A ligação da atividade da economia é com meios e fins intermédios. Dessa forma, sugere Daly²⁰, a economia “falsamente supôs que pluralidades, relatividades e substituibilidades intermediárias entre fins concorrentes e meios escassos representassem o espectro inteiro”. Segundo ele, limites absolutos não figuram no paradigma dos economistas porque absolutos são encontrados somente no confronto com os polos últimos do espectro. Ademais, a economia-ciência convencional não questiona a natureza de meios e fins, daí não cuidando de verificar os limites tanto do *possível* (questão de que a Física trata) quanto do *desejável* (que recai no campo da Ética, da Religião, da Metafísica).

Termodinâmica, felicidade e gozo da vida

Ao enunciar que a economia não passa de um subsistema aberto do ecossistema global (o qual é termodinamicamente fechado), submetida, aquela, pois, a limites ditados pela natureza, o primeiro ministro butanês, em seu discurso do Rio, ecoou o pensamento tanto do pai da Economia Ecológica, G-R, quanto dos que, como eu, o acompanham. De fato, como é por G-R explicado de forma rigorosa, o que os economistas convencionais concebem é que o sistema econômico é um sistema isolado, autocontido e a-histórico – configurado por um fluxo circular entre produção e consumo, sem entradas e sem saídas no sistema, conforme se expõe em qualquer livro-texto com o gráfico do “fluxo circular da riqueza”²¹. A ciência da economia não oferece qualquer sinal de reconhecimento do papel dos recursos naturais no processo econômico, sublinha G-R, que conclui:

Se a economia considerasse a natureza entrópica do processo econômico, poderia ter sido capaz de alertar seus companheiros de trabalho no aprimoramento da humanidade – as ciências tecnológicas – de que “maiores e melhores” máquinas de lavar, automóveis e superjatos conduzem necessariamente a “maior e melhor” poluição.²²

Nesse sentido, o modelo da FNB e NPD, de um lado, e a EE, de outro, convergem na crítica dura à economia convencional. Crítica acentuada por G-R ao mostrar que o modelo convencional ignora as leis da termodinâmica, as quais definem todos os processos de transformação energética do universo. É aqui que G-R ressalta que, em essência, e do ponto de vista material, o processo econômico consiste na transformação de matéria e energia de baixa entropia em

²⁰ DALY, Herman. Introduction to the Steady-State Economy. *Op. cit.*, p. 10.

²¹ GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. *Op. cit.*, p. 2.

²² GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. *Op. cit.*, p. 19.

²³ GEORGESCU-ROEGEN, N. *Op. cit.*, p. 18.

²⁴ GEORGESCU-ROEGEN, N. *Op. cit.*, p. 318.

²⁵ ALIER, Joan Martínez. *De la Economía Ecológica al Ecologismo Popular*. 3.^a ed. (a 1.^a ed. é de 1992), Barcelona: Icaria Editorial, 1995, p. 27.

²⁶ GEORGESCU-ROEGEN, N. *Op. cit.*, p. 18.; p. 282.

²⁷ GEORGESCU-ROEGEN, N. *Op. cit.*, p. 282.

²⁸ GEORGESCU-ROEGEN, N. *Op. cit.*, p. 287.

²⁹ GEORGESCU-ROEGEN, N. *Op. cit.*, p. 287.

³⁰ GEORGESCU-ROEGEN, N. *Op. cit.*, p. 284.

³¹ GEORGESCU-ROEGEN, N. *Op. cit.*, p. 52.

³² GEORGESCU-ROEGEN, N. *Op. cit.*, p. 79.

matéria e energia de alta entropia, ou seja, transformação de riqueza em *waste* (lixo).²³ Resulta daí que, quanto mais rápido for o processo econômico, tanto mais depressa sujeira se acumulará.²⁴ No entanto, ressalva o fundador da EE – que Joan Martínez Alier classifica como o principal expoente da crítica ecológica da economia²⁵ –, “seria extremamente absurdo pensar que o processo econômico só exista para produzir lixo”. Sua ressalva, que ele diz irrefutável, “é de que o produto verdadeiro desse processo é um fluxo imaterial, de gozo da vida”²⁶. Sem introduzir em nosso “*armamentarium*” o conceito de *enjoyment of life*, que não possui dimensão física e, portanto, pode crescer sem limites, no entender de G-R, não estaríamos no mundo econômico. É o gozo da vida ou a alegria de viver que representa a diferença entre o processo econômico “e a marcha entrópica do ambiente material”²⁷, explicada pela termodinâmica. Assim, G-R propõe a hipótese de que tudo o que sustenta o *life enjoyment*, direta ou indiretamente, pertence à categoria de valor econômico.²⁸

Aproveita para enfatizar que essa categoria “não é passível de mensuração no estrito sentido do termo”²⁹. No raciocínio de G-R, com efeito, a intensidade do fluxo do gozo da vida em um instante do tempo não parece que seja uma entidade mensurável, “nem mesmo no sentido ordinal”³⁰. Tal declaração equivale à não aceitação do princípio da maximização do gozo da vida ou, o que seria o mesmo, da maximização da felicidade: haveria sempre a possibilidade de se ultrapassar o último degrau alcançado. Crescimento perene, sustentável, pois, *ad infinitum*, cabe nessa dimensão – mas apenas nela, por sua imaterialidade. Um ponto de interesse do raciocínio de G-R e que serve para a compreensão do enquadramento da FNB na moldura da EE diz respeito ao que G-R chama de “aritmomania”³¹: o fato de a complexa noção de desenvolvimento econômico ter sido reduzida a um número, o PIB – ou renda – *per capita*. Como lembra, “nos últimos duzentos anos, voltamos todos os nossos esforços para entronizar uma superstição tão perigosa quanto o animismo de antigamente: a do “Onipotente Conceito Aritmomórfico”³².

Especificidades do paradigma butanês

Uma ideia que, compreensivelmente, tem recebido mais atenção nas discussões da EE consiste em mostrar que a realidade de “mundo cheio” de 2013 (um planeta de 7,2 bilhões de pessoas e PIB global de 72 trilhões de dólares) contrasta intensamente com a de “mundo vazio” de, por

exemplo, 1900, quando havia 1,5 bilhão de habitantes e PIB de 1,5 a 2 trilhões de dólares no planeta. Esse intenso contraste seria razão suficiente para justificar a relevância da visão de mundo proposta pela EE, a qual leva em conta os limites inflexíveis da natureza, recusando-se, em contrapartida, a da economia *standard*, que os ignora completamente. Faria muito mais sentido, na verdade, raciocinar agora com a “economia da espaçonave” do que com a economia do “caubói”, da sugestiva dicotomia criada por Kenneth Boulding (1910-1993)³³, outro expoente da crítica ecológica da economia. Está em jogo, no caso, a questão relativa à escala do sistema econômico que cabe no ecossistema que o contém – algo como saber quantas pessoas podem voar seguras num avião A-320 – 200 ou 1.200? Não é qualquer escala que serve. Com esse pano de fundo, Robert Costanza e colaboradores escreveram relatório preciso para a ONU na antecipação da Rio+20, o qual adaptaram para o informe *State of the World 2013*, do Worldwatch Institute.³⁴ No estudo, explicam como fica a realidade do desenvolvimento no quadro do que chamam de “economia-na-sociedade-na-natureza”. O trabalho de um colaborador de Costanza, Joshua Farley, apresentado na ISEE 2012 (“Human Behavior, Economic Institutions and the Challenges of a Full World”), insere-se no mesmo marco.

Contudo, não é isso o que parece estar nas origens da EE. G-R simplesmente explicava que a economia é regida, como tudo o mais no meio físico, sem exceção, pelas leis da termodinâmica – e ponto. O modelo do Butão tem apoio no mesmo raciocínio. Dele, é possível dizer-se que segue bem mais um padrão de “mundo cheio”, apesar de que a condição do país o enquadre melhor na de “mundo vazio” (no país vivem 19 hab/km² – contra 142 na China e 21 no Brasil). Tão vazio que não possui um só semáforo. O discurso de Jigmi Thinley na ISEE 2012 tende a demonstrá-lo:

*Eu uso regularmente os resultados da Pegada [Ecológica] nos meus próprios pronunciamentos e, na verdade, apóio-me nessa informação para entender e comunicar o impacto devastador dos atuais padrões de consumo sobre os limitados recursos do mundo, e para solicitar políticas mais sustentáveis... [A Pegada Ecológica nos proporciona] ter noção do valor de cada recurso que consumimos e de cada nuança de nossos comportamentos e estilos de vida.*³⁵

Essa consciência de limites, à la G-R, se estende a todo o discurso. Nele, o governante butanês reforça a necessidade de se dismantelar o consumo excessivo; de se banir a publi-

³³ BOULDING, K. The Economics of the Coming Space-ship Earth. In: JARRETT, H. (Org.). *Environmental Quality in a Growing Economy*. Baltimore: Resources for the Future/Johns Hopkins University Press, 1966, p. 3-14.

³⁴ COSTANZA, Robert *et al.* Building a Sustainable and Desirable Economy-in-Society-in-Nature. Worldwatch Institute. *State of the World 2013. Is Sustainability Still Possible?* Washington, D. C.: Island Press, 2013. cap. 11.

³⁵ THINLEY, Jigmi Y. Statement at the Closing Session... *Op. cit.*

cidade dirigida a crianças; de se eliminarem subsídios que levam a maior uso de combustíveis fósseis. Pede que se elimine qualquer ajuda via deduções de impostos à promoção de negócios. Advoga a reforma tributária que penaliza a poluição, coíbe as emissões de carbono e a depleção de recursos e do capital natural. Tudo exatamente como G-R o veria; como Daly sempre propôs; como Costanza *et al.* expõem agora³⁶. Essa é a ortodoxia primordial da EE, que independe de mundo vazio ou mundo cheio.

O NPD butanês, assim, tem tudo a ver com o modelo de G-R. Ademais, não se trata propriamente, como indicou Eric Zencey³⁷, de se contemplar o potencial de uma união entre a FNB e a Economia Ecológica. A EE esteve desde sempre no âmago do Novo Paradigma de Desenvolvimento, do Butão. Faz parte intrínseca dele. A parceria, consciente ou não, com o NPD sempre existiu. Não obstante – e isso deve ser notado –, o Reino do Butão, seguindo as tradições do budismo que lhe dão forma, de modo natural oferece um paradigma de desenvolvimento que não faz esforço algum para representar adesão a uma versão ocidentalizada da crítica ecológica da economia que a EE significa. O país tem, de fato, suas especificidades – que não são banais. Da especificidade do budismo, convém lembrar, se extrai a noção de que a essência da civilização não está na multiplicação de desejos, mas na purificação do caráter humano, como lembra Schumacher³⁸. E o Butão é um país budista, conforme está inscrito (artigo 3.^o) na Constituição do Reino, de 2008 (que aceita também a prática de outras religiões). O budismo não compartilha um critério de sucesso da moderna economia como o ditado pela quantidade de coisas produzidas – o PIB³⁹ – que, de seu ponto de vista, significa considerar os bens como algo mais importante que as pessoas e todos os seres sencientes. Uma ciência budista da economia, por sua vez, visaria o estudo sistemático “de como se atingir dados fins com mínimo de meios”⁴⁰. Em outras palavras: máximo de bem-estar com mínimo de consumo. Isso remete à questão do prazer da vida, da felicidade, um assunto de que G-R tratou também quando aludiu, por exemplo, ao valor do consumo para o *enjoyment of life*.

O que, no fundo, tem a ver com a felicidade, ou seja, com o sentido do NPD. Na perspectiva da Economia Ecológica, explicam Costanza *et al.*: “Quando o PIB aumenta mais depressa do que a satisfação da vida, a eficiência cai. O fim da economia ecológica deveria ser minimizar o PIB, sob a condição de se manter uma alta e sustentável qualidade de vida”⁴¹. Para o budismo, não se trata de evitar a queda da

³⁶ COSTANZA, R. *et al.*, *Op. cit.*

³⁷ The Partnership of GNH and Ecological Economics. Thimphu, Butão, 5.2.2013, comunicação aos membros do International Expert Working Group do Butão.

³⁸ SCHUMACHER, E. F. Buddhist Economics. *Resurgence*, v. 1, n. 11, jan.-fev. 1968. In: DALY, Herman (Org.). *Economics, Ecology, Ethics: Essays Toward a Steady-State Economy*. New York e San Francisco: WH Freeman and Company, 1980. p. 140.

³⁹ Como bem exprimiu DALY, H. Introduction, *Op. cit.*, p. 10: “The growth economists’ vision is one of continuous growth in intermediate means (unconstrained by any scarcity of ultimate means) in order to satisfy ever more intermediate ends (unconstrained by any impositions from the Ultimate End). Infinite means plus infinite ends equals growth forever”. A fantasia moderna!

⁴⁰ DALY, H. *Op. cit.*, p. 143.

⁴¹ COSTANZA, R. *et al.*, *Op. cit.* p. 14.

eficiência em si, mas de se levar a pessoa a um despertar espiritual intenso, à purificação de seu caráter. A discussão sobre o tema é ampla. Proporciona pensar na natureza do Fim Derradeiro: em que consiste realmente esse fim? São Tomás o tratava como o *summum bonum* – o bem supremo. No hinduísmo, para expressá-lo, concebe-se o nirvana (um termo que é budista); no zen-budismo, o satori. Talvez por brincadeira, mesclada com súbita e profunda inspiração, o Quarto Rei do Butão saiu-se com a expressão Felicidade Nacional Bruta (abreviadamente, GNH, do inglês *Gross National Happiness*). Ele já tinha falado na felicidade como propósito, em lugar do PIB quando assumiu o trono na morte do pai, em 1972. Mas foi em Mumbai, em 1979, voltando de uma conferência em Havana de países não-alinhados, ao ser abordado por um repórter que, meio maldosamente perguntou “Qual a importância do PIB do Butão?”, que o rei respondeu: “Não acreditamos no produto nacional bruto porque a felicidade nacional bruta é mais importante”⁴².

Ora, G-R já tinha afirmado que “é tão absurdo pensar em um indivíduo que prefira ser menos feliz quanto imaginar um quadrângulo com cinco lados”⁴³. A felicidade guia os humanos. Porém, para G-R, a economia convencional não está preocupada com seres humanos e “tira especial orgulho de um mundo sem gente”⁴⁴. Não cabe nela a dimensão qualitativa do sumo bem. Na linha de G-R, para seus seguidores, o crescimento (como qualquer outra coisa), mesmo assegurado do prisma biofísico, só faz sentido se estiver de acordo com orientações ditadas por uma base moral. Schumacher é feliz a esse propósito quando acrescenta: “O que interessa... não é nossa competência *técnica*, e sim nosso sistema de valores e os fins e objetos que estamos perseguindo”⁴⁵. Procurar a felicidade, não um conceito mentiroso como o do PIB, faz parte da natureza do ser humano. É assim desde Aristóteles e o cristianismo autêntico, que formulam um conceito de riqueza como meio para se alcançar um fim elevado.⁴⁶ Entre povos tradicionais e indígenas não parece ser diferente.⁴⁷

Assim, faz todo sentido saber que a meta última que norteia as mudanças sociais, econômicas e políticas no Butão é a Felicidade Nacional (ou Interna) Bruta. Foi isso o que afirmou o Quarto Rei, ao proclamar que uma economia baseada na FNB significa a criação de uma *sociedade iluminada*, na qual a *felicidade* e o bem-estar de todas as pessoas e de *todos os seres sencientes* é o propósito último da governança. Essas ideias revelam a forte dimensão da espirituali-

⁴² Ver: <http://asiancorrespondent.com/107269/bhutan-becomes-happiness-lab-for-western-economists/>. Ver também URA, Dasho Karma *et. al.*, *Op. cit.*, p. 6.

⁴³ GEORGESCU-ROEGEN, N. *Op. cit.*, p. 323.

⁴⁴ GEORGESCU-ROEGEN, N. *Op. cit.*, p. 343. Na suas palavras em inglês: “a manless picture”.

⁴⁵ SCHUMACHER, E. F. *The Age of Plenty: A Christian View*. Panfleto, Edinburgo: Saint Andrew Press, 1974. In: DALY, Herman (Org.). *Economics, Ecology, Ethics: Essays Toward a Steady-State Economy*. New York e San Francisco: WH Freeman and Company, 1980. p. 131.

⁴⁶ SKIDELSKI, Robert & SKIDELSKI, Edward. *How Much is Enough? The Love of Money, and the Case for the Good Life*. Londres: Penguin Books, 2012. p. 12

⁴⁷ CAVALCANTI, Clóvis. Economic Thinking, Traditional Ecological Knowledge and Ethnoeconomics. *Current Sociology*, v. 50, n. 1, jan. 2002, p. 39-55.

⁴⁸ URA, Dasho Karma. *Gross National Happiness and Buddhism*. Disponível em: http://www.kosei-shuppan.co.jp/english/text/mag/2007/07_101112_10.html

Clóvis Cavalcanti é economista ecológico, presidente de honra da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (EcoEco), presidente-eleito da Sociedade Internacional de Economia Ecológica (IFEE), professor aposentado da Universidade Federal de Pernambuco e pesquisador sênior aposentado da Fundação Joaquim Nabuco, Recife, Brasil.

cloviscavalcanti.tao@gmail.com

dade no paradigma concebido pelo Butão. No âmbito da FNB, ela participa intrinsecamente da concepção do desenvolvimento. É como sublinha Karma Ura: “Se o crescimento material solapar o arcabouço espiritual da sociedade e seus valores de compaixão e integridade, então não terá havido desenvolvimento”.⁴⁸ Todas essas coisas dizem respeito ao fato de que se tem um propósito na vida muito além do material e que a linguagem da sabedoria espiritual deve orientar todas as escolhas do progresso desejado. Felicidade, sociedade iluminada, todos os seres sencientes (que, no budismo, são considerados “pequenos Budas”), sabedoria espiritual e mais outros elementos do NPD do Butão fazem dele uma versão do modelo da EE que vai bem mais além do componente biofísico. É Economia Ecológica – e muito mais.